



OPERAÇÃO TERABYTE

Polícia prende 60 pessoas por pedofilia

Segundo os investigadores, a rede compartilhava arquivos com cenas explícitas de sexo com crianças e adolescentes. Entre os suspeitos está um militar da Força Aérea Brasileira (FAB), que repudiou o fato

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma grande operação para combater o abuso sexual de crianças e adolescentes. Agentes cumpriram 141 mandados de busca e apreensão em diversas localidades do país. Além disso, de acordo com a corporação, 60 pessoas foram presas, sendo muitas delas em flagrante, pois foram surpreendidas pelas equipes policiais em posse de materiais ilegais.

As ações ocorreram em 23 unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal. A Operação Terabyte tem como foco desmontar uma rede criminosa especializada no compartilhamento de imagens de pedofilia. Durante as investigações, a quantidade de conteúdo armazenado nos computadores dos suspeitos chamou atenção das autoridades.

Uma vítima foi resgatada durante a ação. Em Alagoas, um homem foi preso também por estupro de vulnerável, pois ao analisar as imagens apreendidas, os profissionais notaram que ele também participou dos abusos. Muitas vezes o conteúdo pornográfico de crianças e adolescentes era compartilhado por fóruns na chamada deep web — uma camada mais profunda da internet que exige endereço restrito ou mais etapas para que seja acessada. Essa parte da internet é usada principalmente para o cometimento de crimes.

Em Brasília, um militar da Força Aérea Brasileira (FAB) foi preso acusado de envolvimento no esquema de pedofilia. Em nota, a corporação repudiou o caso. “O Comando da Aeronáutica reitera que repudia, veementemente, condutas que não representam os valores, a dedicação e o trabalho do efetivo em prol do cumprimento de sua missão

Divulgação/Polícia Federal



Em todo o país, foram cumpridos 141 mandados de busca e apreensão em 23 unidades da Federação. 56 pessoas foram presas em flagrante

institucional”, destacou a entidade. A força informou que o militar está detido em um dos quartos da corporação, “à disposição das autoridades policiais para elucidação dos fatos”.

20 mil arquivos

Um homem de 59 anos foi preso com 20 mil arquivos de pornografia infantil no computador que estava na casa dele em Taguatinga. A detenção dele integra as que foram realizadas em flagrante — quando o investigado foi identificado

portando o conteúdo ilegal no momento da abordagem. No Recanto das Emas, um homem de 39 anos foi preso com 300 arquivos de pornografia infantil e no Cruzeiro, outro de 38 anos foi detido com 5 mil arquivos com as imagens ilegais.

Ao todo, 720 policiais federais estão mobilizados nas ruas do país. As investigações contaram com apoio de uma agência de fiscalização interna da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. As diligências continuam para identificar outros participantes do esquema.



O Comando da Aeronáutica reitera que repudia, veementemente, condutas que não representam os valores, a dedicação e o trabalho do efetivo em prol do cumprimento de sua missão institucional”

Força Aérea Brasileira (FAB), em nota sobre a prisão de um militar na operação Terabyte

INTEGRATION

Deolane quer seguir divulgando apostas

» JULIANA SOUSA*
» VITÓRIA TORRES*

A influenciadora digital Deolane Bezerra assinou, ontem, o termo de soltura, no Fórum Rodolfo Aureliano, no Recife. Ao deixar o prédio, ela afirmou, a jornalistas, confiar na Justiça e declarou que “muitas mentiras foram espalhadas” sobre o caso.

Deolane está sendo investigado pela Operação Integration, que apura um esquema de lavagem de dinheiro por meio de apostas on-line, as chamadas “bets”. Questionada se continuaria trabalhando com publicidade para as bets, Deolane Bezerra disse que “quando for liberada, sim”.

Ela é suspeita de envolvimento no crime, com movimentações que somam quase R\$3 bilhões. Presa em 10 de setembro e liberada na última terça-feira, ela responderá em liberdade.

“Estou me sentindo muito bem. Quero agradecer a todos que trabalharam de forma honesta. Muitas mentiras foram espalhadas. Tenho fé em Jesus Cristo e acredito que a Justiça será feita”, declarou.

Habeas corpus

A soltura de Deolane foi determinada pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Eduardo Guilliod Maranhão, que concedeu habeas corpus a ela e aos outros 16 investigados, entre eles a mãe da influenciadora, Solange Bezerra, e o CEO da Esportes da Sorte, Darwin Henrique da Silva Filho. O casal sócio da ‘Vai de Bet’, José André da Rocha Neto e a esposa, Aislá Rocha, também foram beneficiados pelo habeas corpus. Segundo os investigadores, eles teriam fugido do Brasil no avião do cantor Gustavo Lima, que também teve um pedido de prisão emitido, mas foi revogado no dia seguinte, pelo desembargador Maranhão.

Os investigados terão que seguir uma série de obrigações determinadas pela Justiça, como não alterar o endereço residencial sem autorização prévia da Justiça e não realizar publicidade ou mencionar qualquer plataforma de jogos.

*Estagiárias sob a supervisão de Edla Lula

POVOS INDÍGENAS

Lewandowski demarca terras e Gilmar firma conciliação

» MAYARA SOUTO
» EDLA LULA

Dois passos importantes para os povos indígenas ocorreram, ontem, em Brasília. Primeiro, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinou a portaria de demarcação da terra indígena Sawré Muybu, no Pará, que pertence à etnia Munduruku. Depois, em reunião iniciada à tarde e que só terminou tarde da noite, o Supremo Tribunal Federal firmou um acordo para solucionar o conflito fundiário envolvendo a demarcação da Terra Indígena Nande Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul.

A reunião de conciliação foi conduzida pelo relator do caso, ministro Gilmar Mendes. Os termos foram definidos em audiência promovida com representantes dos proprietários, lideranças indígenas, integrantes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Advocacia-Geral da União, Ministério dos Povos Indígenas e do governo de Mato Grosso do Sul.

O acordo prevê que a União pague aos proprietários R\$ 27,8

milhões a título das benfeitorias apontadas em avaliação individualizada feita pela Funai em 2005, corrigidas pela inflação e a Taxa Selic. Outros R\$ 101 milhões serão pagos como indenização pela terra nua. Os proprietários receberão, ainda, do estado de Mato Grosso do Sul, outros R\$ 16 milhões.

Após o pagamento das benfeitorias, os proprietários devem se retirar do local em até 15 dias. Após este prazo, a população indígena poderá ocupar o espaço de forma pacífica.

Demarcação

Já a cerimônia no Palácio da Justiça marcou a quarta demarcação feita por Lewandowski em menos de um mês. Já foram regularizados os territórios Maró e Cobra Grande, também no Pará, e Apiaká do Pontal e Isolados, em Mato Grosso.

O ministro comentou que a ação é um direito previsto na Constituição. “Aqui não estamos fazendo nada além de um dever que a Constituição Federal nos impõe. Ela impõe não só

preservar a terra indígena, mas também a cultura e o idioma. O Estado tem o dever de defender essas terras, proteger aqueles que nelas vivem e tirar quem as ocupa indevidamente, sobretudo, quem faz desmatamento e garimpo ilegal”, comentou o ministro.

Lewandowski acrescentou que demarcar terras indígenas é defender o meio ambiente. “É um ato que, nós acreditamos, da maior importância, não só porque protegem uma área ambiental importante para o país, um patrimônio cultural, mas também porque, com isso, estamos protegendo o meio ambiente, um bioma e, de certa maneira, contribuindo para combater as queimadas ilegais”, afirmou.

A área demarcada abriga, aproximadamente, 420 indígenas, em 178 mil hectares. O povo Munduruku iniciou o pedido de regularização de seu território em 2007, mas somente em 2016 foi concluído o estudo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para definir o tamanho da área. O processo chegou ao MJSP no ano passado.

Durante o encontro com o ministro, lideranças indígenas

Antonio Augusto/STF



STF firma acordo de conciliação para por fim aos conflitos entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul

reforçaram o pedido para que o resto do território do povo Munduruku fosse demarcado — ao todo, a etnia possui cerca de 2,6 milhões de hectares. “Estamos preocupados com a segurança das nossas lideranças. O nosso papel é preservar o que os outros querem destruir. É esse compromisso que quero repassar para a juventude da minha aldeia”, falou o cacique Juarez

Saw Munduruku, que pediu celeridade nas demarcações de terra.

Lewandowski destacou, no entanto, que o processo enfrenta dificuldades por conta da Lei do Marco Temporal, aprovada pelo Congresso Nacional, que defende que são terras indígenas somente as que já eram consideradas antes da Constituição de 1988. “Na questão das demarcações das

terras indígenas não significa que estamos andando devagar, mas, seguramente, dando um passo depois do outro”, explicou.

O chefe da pasta ainda anunciou que deve demarcar outras duas terras indígenas nas próximas semanas e que pretende seguir o ritmo com aqueles territórios que não estejam enfrentando judicialização.